

INQUÉRITO 4.047 MARANHÃO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : JOÃO CASTELO RIBEIRO GONÇALVES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO: O Ministério Público Federal, **em promoção** subscrita pelo eminente Senhor Procurador-Geral da República, Dr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, **expôs e requereu** o que se segue (fls. 563/571):

*“**De início**, cumpre ressaltar que, em face da diplomação de João Castelo Ribeiro Gonçalves como Deputado Federal, a competência para análise do presente feito **passou a ser** da Suprema Corte, **nos termos** do art. 53, § 1º, da Constituição Federal.*

***Consoante se constata** das investigações já realizadas, João Castelo Ribeiro Gonçalves **não foi ouvido**, por não haver sido localizado.*

***Verifica-se**, ainda, **de acordo** com os depoimentos prestados pelos funcionários da CEMAR, **especialmente** o acostado às fls. 288/290, **que a Prefeitura de São Luís se insurgiu** contra o depósito de ISSQN na conta FUMIP, mas nunca teria questionado os depósitos dos valores do FUMIP na conta geral durante o período de março de 2010 a dezembro de 2012, sendo certo que, mensalmente, eram encaminhados os comprovantes das transferências financeiras dos valores do FUMIP para a conta geral.*

O delito objeto do presente feito**, tipificado no art. 1º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/67, **afigura-se** como crime de mão própria, **sendo seu sujeito ativo** aquele que esteja no exercício do cargo de prefeito ou de quem lhe faça as vezes. **Sendo tal condição

uma elementar pessoal do delito, é comunicável a terceiros, nos termos do art. 30 do Código Penal.

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a comunicação da condição na prática do delito do art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67:

‘AÇÃO PENAL. CRIME DE PREVARICAÇÃO (ART. 319 DO CP) E DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO (ART. 1º DO DECRETO-LEI Nº 201/67). AUSÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. ABSOLVIÇÃO DOS RÉUS. 1. A configuração do crime de prevaricação *requer a demonstração não só da vontade livre e consciente de deixar de praticar ato de ofício, como também do elemento subjetivo específico do tipo, qual seja, a vontade de satisfazer ‘interesse’ ou ‘sentimento pessoal’. Instrução criminal que não evidenciou o especial fim de agir a que os denunciados supostamente cederam. Elemento essencial cuja ausência impede o reconhecimento do tipo incriminador em causa. 2. A acusação ministerial pública carece de elementos mínimos necessários para a condenação do parlamentar pelo crime de responsabilidade. Os depoimentos judicialmente colhidos não evidenciaram ordem pessoal do Prefeito de não-autuação dos veículos oficiais do Município de Santa Cruz do Sul/RS. A mera subordinação hierárquica dos secretários municipais não pode significar a automática responsabilização criminal do Prefeito. Noutros termos: não se pode presumir a responsabilidade criminal do Prefeito, simplesmente com apoio na indicação de terceiros – por um ‘ouvir dizer’ das testemunhas –; sabido que o nosso sistema jurídico penal não admite a culpa por presunção. 3. O crime do inciso XIV do art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67 é delito de mão própria. Logo, somente é passível de cometimento pelo Prefeito mesmo (unipessoalmente, portanto) ou, quando muito, em coautoria com ele. Ausência de comprovação do vínculo subjetivo, ou psicológico, entre o Prefeito e a Secretária de Transportes para a caracterização do concurso de pessoas, de que trata o artigo 29*

do Código Penal. 4. *Improcedência da ação penal. Absolvição dos réus por falta de provas, nos termos do inciso VII do artigo 386 do Código de Processo Penal.* (AP 447, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, **Tribunal Pleno**, julgado em 18/02/2009, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-099 DIVULG 28-05-2009 PUBLIC 29-05-2009) (...)

Desta forma, antes de se manifestar acerca do desmembramento do feito, nos termos do art. 80 do Código de Processo Penal, entende a Procuradoria-Geral da República, inclusive por razões de economia processual (necessidade de aquilatação da presença de justa causa quanto ao parlamentar), ser necessária a coleta de manifestação do ex-Prefeito e atual Deputado Federal João Castelo Ribeiro Gonçalves acerca dos fatos noticiados no presente.

III – Conclusão

Ante o exposto, o Procurador-Geral da República requer:

i) A expedição de ofício à CEMAR, com cópia do termo de depoimento de fls. 288/290, para que encaminhe a documentação relativa às tratativas entre CEMAR e Prefeitura de São Luís ali mencionadas, os documentos da companhia que resultaram na medida administrativa que culminou com o repasse dos valores do FUMIP para a conta geral da Prefeitura de São Luís, bem como informe o destinatário dos comprovantes das transferências das verbas do FUMIP para a conta geral;

ii) a notificação do Deputado Federal João Castelo Ribeiro Gonçalves para manifestação e eventual apresentação de documentos, se assim o desejar, no prazo de 20 dias; e,

iii) com a vinda dos documentos e esclarecimentos, a abertura de nova vista dos autos para manifestação sobre o desmembramento do feito em relação aos coinvestigados, na forma do despacho de fls. 560/561." (grifei)

Defiro, em termos, as diligências **ora requeridas** pelo Ministério Público Federal **e por este explicitadas** a fls. 570/571.

2. **Expeça-se**, em consequência, o **pertinente** ofício, **que deverá** ser instruído **com cópias** da presente decisão, da promoção de fls. 563/571 **e** do termo de depoimento de fls. 288/290.

3. **Assino** à Companhia Energética do Maranhão – CEMAR o **prazo** de 30 (trinta) dias **para a realização** da diligência referida **no item “i”** da promoção da douta Procuradoria-Geral da República.

4. **Notifique-se**, também, o Deputado Federal João Castelo Ribeiro Gonçalves, **para que se manifeste**, querendo, **no prazo** de 20 (vinte) dias, **sobre os fatos subjacentes** ao presente inquérito.

O **mandado de notificação** em questão **deverá ser instruído** com **cópias** desta decisão **e** da promoção do eminente Senhor Procurador-Geral da República (fls. 563/571).

Assinalo que essa notificação **não se confunde** com aquela *a que alude* o art. 4º da Lei nº 8.038/90.

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator